

UMA VISÃO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS

O mercado de trabalho português sofreu um profundo ajustamento devido aos efeitos da crise de 2008 e da austeridade aplicada nos anos posteriores. O ajustamento foi feito sobretudo pela diminuição do emprego, com 317 mil postos de trabalho por conta de outrem a serem destruídos entre 2009 e 2013, tendo a taxa de desemprego atingido 17.5% no primeiro trimestre desse ano. A falta de flexibilidade do mercado de trabalho em Portugal foi um dos factores que determinou o significativo aumento do desemprego, sendo exemplos dessa rigidez a impossibilidade da descida nominal dos salários base, as regras da contratação colectiva e a excessiva protecção dos contratos sem termo. Tendo isto em conta, várias reformas estruturais foram feitas, apontadas em particular às últimas duas falhas referidas. Além disso, várias políticas activas de emprego foram implementadas, com o objectivo de fomentar a melhoria mais imediata do mercado de trabalho. A avaliação destas reformas pelas várias entidades e empresas é positiva, principalmente no que toca à flexibilização do horário de trabalho e à diminuição dos custos de contratação e despedimento.

Numa análise do período mais recente, tem-se assistido a uma recuperação consistente do emprego desde o fim de 2013, embora o ritmo de crescimento tenha vindo a abrandar no último ano. Nos últimos 3 trimestres, o emprego e o desemprego parecem estar relativamente estagnados, tendo em conta o aumento do número de reformados e a diminuição dos desencorajados. Por outro lado, esta descida dos desencorajados tem sido consistente nos últimos trimestres e acompanhada por uma tendência muito positiva de redução dos desempregados de longo prazo, a um ritmo surpreendente. Para o próximo trimestre, devido ao carácter muito positivo da sazonalidade do período, e de acordo com os dados já disponíveis, esperamos uma redução significativa da taxa de desemprego para um intervalo entre os 11.1-11.4%, seguida de uma tendência de subida no resto do ano, em linha com a nossa previsão de 11.8% para a totalidade de 2016.

Também neste artigo, são apresentadas duas curtas análises ao desemprego por região em Portugal e ao desemprego alargado e efeitos da emigração no mercado de trabalho.

□ Características do mercado de trabalho

A evolução do mercado de trabalho depende em grande parte do ciclo económico, observando-se uma correlação significativa entre o comportamento do PIB e a evolução do desemprego. Existem outros factores, como a maior ou menor rigidez das regras laborais, nomeadamente no que respeita ao grau de protecção do emprego, ao sistema de negociação laboral, à capacidade de ajustamento dos salários e ao grau de instrução da população, que condicionam a evolução do emprego e do desemprego, sobretudo em períodos de menor crescimento e de maior incerteza, limitando a apetência pela contratação.

Mercado de trabalho - indicadores globais												
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
População empregada	4,909.1	4,888.4	4,914.1	4,920.1	4,944.0	4,800.5	4,728.8	4,656.2	4,458.0	4,343.7	4,426.1	4,476.4
trab. por conta de outrem (mil)	3,723.3	3,744.3	3,824.5	3,829.7	3,871.8	3,774.5	3,765.8	3,719.1	3,542.6	3,457.5	3,611.0	3,710.6
contrato permanente	2,988.5	3,018.7	3,045.1	2,976.5	2,991.8	2,945.7	2,907.1	2,901.5	2,815.6	2,717.5	2,836.5	2,895.5
contrato a prazo	558.0	566.6	602.2	668.7	708.1	677.0	715.4	681.8	597.7	609.4	644.4	687.3
outros	176.8	159.0	177.2	184.5	172.0	151.9	143.2	135.8	129.3	130.6	130.1	127.8
remuneração média mensal base (euros)	738.8	767.4	789.2	808.5	846.1	870.3	900.0	906.1	915.0	912.2	909.5	-
ganho médio mensal (euros)	877.5	909.2	936.0	965.2	1,010.4	1,036.4	1,076.3	1,084.6	1,095.6	1,093.8	1,093.2	-
ganho médio mensal AP, Defesa, SS(euros)	-	1,011.00	1,045.40	1,006.20	1,045.40	990.80	1,088.40	1,054.90	1,057.50	1,034.90	1,049.30	-
gastos das empresas c/salários e outros encargos p/trabalhador	12,253.8	12,582.7	12,880.0	13,175.5	13,558.1	13,921.1	13,990.2	14,066.6	13,934.7	13,801.7	-	-
População desempregada	470.3	478.1	494.2	475.5	574.2	645.3	687.8	835.0	854.7	728.5	647.7	646.5
Variação anual												
População empregada	-0.6%	-0.4%	0.5%	0.1%	0.5%	-2.9%	-1.5%	-1.5%	-4.3%	-2.6%	1.9%	1.1%
trab. por conta de outrem (mil)	0.4%	0.6%	2.1%	0.1%	1.1%	-2.5%	-0.2%	-1.2%	-4.7%	-2.4%	4.4%	2.8%
contrato permanente	1.4%	1.0%	0.9%	-2.3%	0.5%	-1.5%	-1.3%	-0.2%	-3.0%	-3.5%	4.4%	2.1%
contrato a prazo	-3.2%	1.5%	6.3%	11.0%	5.9%	-4.4%	5.7%	-4.7%	-12.3%	2.0%	5.7%	6.7%
outros	-4.7%	-10.1%	11.4%	4.1%	-6.8%	-11.7%	-5.7%	-5.2%	-4.8%	1.0%	-0.4%	-1.8%
remuneração média mensal base (euros)	3.9%	3.9%	2.8%	2.4%	4.7%	2.9%	3.4%	0.7%	1.0%	-0.3%	-0.3%	-
ganho médio mensal (euros)	3.3%	3.6%	2.9%	3.1%	4.7%	2.6%	3.8%	0.8%	1.0%	-0.2%	-0.1%	-
ganho médio mensal AP, Defesa, SS(euros)	-	-	3.4%	-3.7%	3.9%	-5.2%	9.9%	-3.1%	0.2%	-2.1%	1.4%	-
gastos das empresas c/salários e outros encargos p/trabalhador	-	2.7%	2.4%	2.3%	2.9%	2.7%	0.5%	0.5%	-0.9%	-1.0%	-	-
População desempregada	13.8%	1.7%	3.4%	-3.8%	20.8%	12.4%	6.6%	21.4%	2.4%	-14.8%	-11.1%	-0.2%
Principais variáveis												
Taxa de desemprego	6.6%	7.6%	7.6%	8.0%	7.6%	9.4%	10.8%	12.7%	15.5%	16.2%	13.9%	12.4%
Taxa de emprego	57.5%	57.2%	57.3%	57.3%	57.4%	55.6%	54.6%	52.8%	50.8%	49.6%	50.6%	51.2%
Taxa de inflação	2.4%	2.3%	3.1%	2.5%	2.6%	-0.8%	1.4%	3.7%	2.8%	0.3%	-0.3%	0.5%
Taxa de crescimento do PIB real	1.8%	0.8%	1.6%	2.5%	0.2%	-3.0%	1.9%	-1.8%	-4.0%	-1.1%	0.9%	1.5%
Taxa de crescimento do PIB nominal	4.3%	4.1%	4.8%	5.5%	1.9%	-1.9%	2.6%	-2.1%	-4.4%	1.1%	1.9%	3.4%

Fonte: INE, Pordata

Notas: remuneração média mensal base: montante líquido pago ao trabalhador. Exclui subsídios, prémios, diuturnidades e gratificações, mesmo que estas constem na definição de remuneração do acordo de trabalho.

ganho médio mensal: remuneração base, prémios, subsídios regulares e remuneração por trabalho suplementar.

Taxa de Emprego - Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade em 2011 há quebra de série

OPINIÃO

UMA VISÃO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS (cont.)

De acordo com a informação sintetizada no quadro anterior, observa-se que o ajustamento do mercado laboral no período que se seguiu à crise financeira internacional e à crise de dívida soberana que afectou os países da periferia da Europa, onde Portugal se inclui, foi efectuado sobretudo através da redução do emprego. Entre 2009 e 2013, foram destruídos 317 mil postos de trabalho por conta de outrem, o que equivale a uma variação média anual de -2.2% e a remuneração média mensal manteve uma tendência crescente, aumentando 1.5% em termos médios anuais; (no mesmo período o ganho médio mensal, que inclui outras remunerações para além do salário base, aumentou 1.6% e a taxa de inflação 1.5%). **A evolução dos salários justifica-se pelo facto de a regulação laboral portuguesa não permitir ajustamentos (no sentido descendente) das remunerações base**, a não ser que tal seja decidido por acordo colectivo, condicionando a necessidade de redução de custos por parte das empresas em períodos de crise à redução do número de trabalhadores. A rigidez salarial é ainda mais evidente se tivermos em conta que neste período se assistiu a uma considerável redução dos salários dos funcionários públicos. Estes representam pouco menos de 20% dos trabalhadores por conta de outrem e em termos médios, registaram uma quebra de 0.1% por ano, (esta evolução está condicionada pelo forte incremento dos salários dos funcionários públicos em 2010), pois o ajuste nos ganhos mensais no sector público entre 2010 e 2014 foi de -3.6%. **Note-se que, por si só, a possibilidade de ajustamento dos salários em período de crise não será suficiente para evitar o aumento do desemprego, todavia poderá travar o seu ritmo de crescimento.**

Instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho publicados (continente)

	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Nº	Trabalhadores abrangidos										
Contrato coletivo (CCT)	141	1,309,267	93	1,160,080	36	291,068	27	197,017	49	214,603	65	446,025
Acordo coletivo (ACT)	25	64,455	22	52,737	9	26,645	18	27,104	23	16,596	20	21,728
Acordo de empresa (AE)	64	33,344	55	24,102	40	9,909	49	17,418	80	12,444	53	22,624
Acordo de adesão (AA)	4	9	12	0	8	0	0	3	0	0	7	0
Decisão de arbitragem (DA)	0		1	5,262	1	5,262	0	0	0	0	0	0
Portarias	118	78,884	17		13	71,872	9		0	13	0	37
Total	352	1,485,959	200	1,242,181	107	404,756	103	241,542	165	243,643	182	568,875

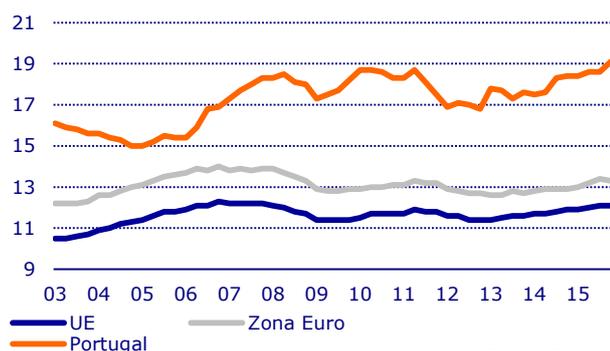
Fonte: Direcção Geral do Emprego e relações de trabalho.
Nota: Inclui novos contratos e contratos colectivos.

A rigidez salarial justificar-se-á também pelo facto do sistema de negociação laboral português ser muito centralizado, ocorrendo primordialmente através de acordos colectivos de trabalho, que por seu turno são estendidos através das portarias de extensão aprovadas pelo governo central. **Antes da entrada em vigor do Programa de Assistência Financeira, os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho publicados em 2010, abrangiam 1.5 milhões de trabalhadores, cerca de 40% dos trabalhadores por conta de outrem**, dos quais 88% eram abrangidos por contratos colectivos de trabalho, 5% por portarias de extensão a trabalhadores não abrangidos por acordos colectivos ou de empresa, 4% por acordos colectivos de trabalho e 2% por acordos de empresa. As medidas adoptadas ao abrigo do programa de assistência financeira reflectiram-se numa diminuição considerável do recurso a instrumentos de regulação colectiva do trabalho.

Para além da rigidez salarial que limita o ajustamento pelas empresas da massa salarial à redução do número de empregados, refere-se também o efeito o grau de protecção do emprego nos contratos de trabalho sem termo, por contraposição à protecção existente nos contratos a prazo, e que se reflecte numa elevada segmentação do mercado de trabalho português.

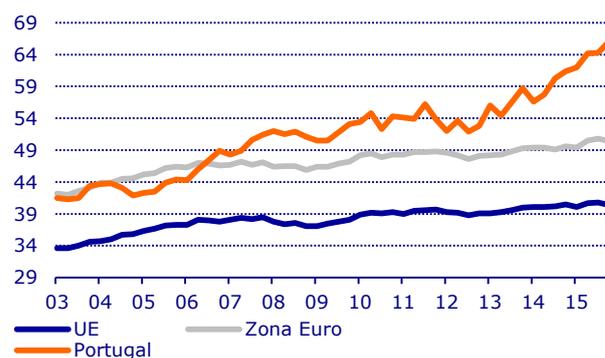
Evolução dos contratos a prazo, população entre os 15-64 anos

(% do emprego total)



Evolução dos contratos a prazo, população entre os 15-24 anos

(% do emprego total)

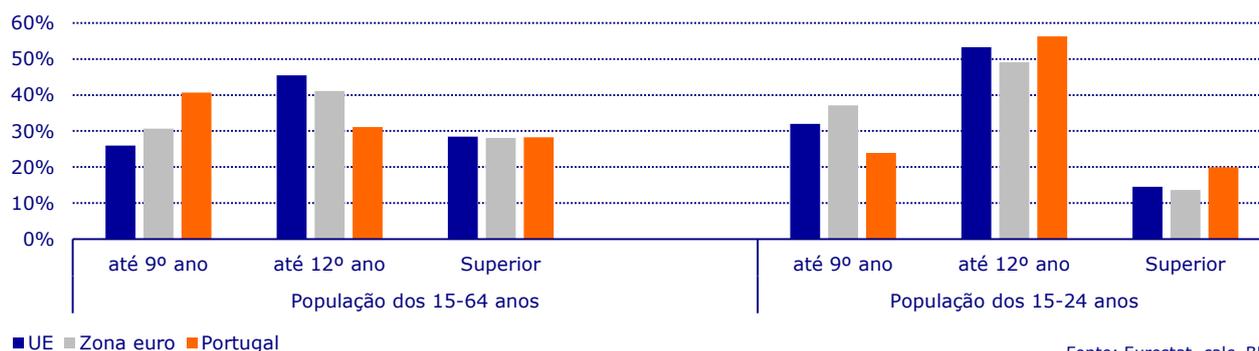


UMA VISÃO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS (cont.)

Os contratos a prazo foram introduzidos nos anos oitenta como forma de flexibilizar o mercado de trabalho, sendo que nos anos noventa as regras para a sua utilização foram ainda mais flexibilizadas, mantendo-se praticamente inalteradas as regras relativas ao seu grau de protecção. Este facto terá fomentado a **segmentação do mercado de trabalho**, observando-se o aumento do peso dos contratos a prazo no emprego total, com especial incidência entre as camadas mais jovens e com menor formação. Recentemente, observa-se uma evolução positiva das contratações permanentes, mas o ritmo de crescimento dos contratos a prazo continua mais acentuado.

Distribuição dos contratos a prazo por nível de instrução

(% do emprego temporário)



Fonte: Eurostat, calc. BPI

O aumento do peso dos contratos a prazo no emprego total reflectirá alguma incerteza quanto à retoma da economia tanto interna como a nível global, levando as empresas a preferir suportar os custos de uma maior rotatividade – nomeadamente custos associados ao período de aprendizagem inerente à entrada de um novo trabalhador – do que correr o risco de ter de incorrer em custos futuros associados à necessidade de redução de pessoal, caso o ritmo de expansão não justifique a permanência do trabalhador, o que reflecte o facto de continuar a existir uma divergência considerável no grau de protecção dos dois tipos de contrato. **Este factor tende a ter maior impacto na população com menores qualificações.**

Desemprego em Portugal

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
População Activa (mil)	5421.4	5461.4	5499.6	5533.1	5534.6	5486.1	5489.7	5428.3	5382.6	5284.6	5225.6	5195.2
Desempregados (mil)	359.1	414.1	420.6	440.6	418	517.4	591.2	688.2	835.7	855.2	726	646.5
s/ escolaridade (mil)	12.3	14.4	16.7	14.5	14.1	15.1	19.8	24.2	26.2	26.7	16.9	13.2
escolaridade básica (mil)	259.2	292.1	287.2	301.4	282.8	360.1	397.5	431.5	484.1	479.3	395	334.4
escolaridade secundária (mil)	50.9	62.7	69.8	67.2	65.2	88.2	112.3	144.7	203.4	212.7	194.7	183.6
ensino superior (mil)	36.7	44.9	47	57.6	55.8	54	61.7	87.9	122.1	136.5	119.4	115.4
Trab. em part-time q/gostariam de trabalhar a tempo int.(mil)	73	85.4	85.8	93.9	95.2	93.3	96.8	214.3	251.7	258.6	245.2	239.5
Inactivos disponíveis para trabalhar (mil)	78	74.2	83.9	73.6	68.2	70.5	72.5	170.3	229	277.4	273.3	259.6
até escolaridade básica (mil)	-	-	-	-	-	-	-	127.6	168.9	192.7	189.8	171.7
escolaridade secundária (mil)	-	-	-	-	-	-	-	28.9	40.5	57	57	52.5
ensino superior (mil)	-	-	-	-	-	-	-	13.8	19.6	27.7	26.5	35.4
Taxa de desemprego	6.6%	7.6%	7.6%	8.0%	7.6%	9.4%	10.8%	12.7%	15.5%	16.2%	13.9%	12.4%
Taxa de desemprego alargada	8.6%	9.6%	9.8%	10.0%	9.5%	11.4%	12.8%	17.2%	21.2%	22.7%	20.4%	18.8%
Variação anual												
População Activa	-0.2%	0.7%	0.7%	0.6%	0.0%	-0.9%	0.1%	-1.1%	-0.8%	-1.8%	-1.1%	-0.6%
Desempregados	5.5%	15.3%	1.6%	4.8%	-5.1%	23.8%	14.3%	16.4%	21.4%	2.3%	-15.1%	-11.0%
s/ escolaridade	-8.2%	17.1%	16.0%	-13.2%	-2.8%	7.1%	31.1%	22.2%	8.3%	1.9%	-36.7%	-21.9%
escolaridade básica	7.5%	12.7%	-1.7%	4.9%	-6.2%	27.3%	10.4%	8.6%	12.2%	-1.0%	-17.6%	-15.3%
escolaridade secundária	3.2%	23.2%	11.3%	-3.7%	-3.0%	35.3%	27.3%	28.9%	40.6%	4.6%	-8.5%	-5.7%
ensino superior	0.8%	22.3%	4.7%	22.6%	-3.1%	-3.2%	14.3%	42.5%	38.9%	11.8%	-12.5%	-3.4%
Trab. em part-time q/gostariam de trabalhar a tempo int.	10.4%	17.0%	0.5%	9.4%	1.4%	-2.0%	3.8%	121.4%	17.5%	2.7%	-5.2%	-2.3%
Inactivos disponíveis para trabalhar	-4.6%	-4.9%	13.1%	-12.3%	-7.3%	3.4%	2.8%	134.9%	34.5%	21.1%	-1.5%	-5.0%
até escolaridade básica (mil)	-	-	-	-	-	-	-	-	32.4%	14.1%	-1.5%	-9.5%
escolaridade secundária (mil)	-	-	-	-	-	-	-	-	40.1%	40.7%	0.0%	-7.9%
ensino superior (mil)	-	-	-	-	-	-	-	-	42.0%	41.3%	-4.3%	33.6%
Taxa de desemprego (pontos percentuais)	0.6	1.0	0.1	0.3	-0.4	1.9	1.3	1.9	2.8	0.7	-2.3	-1.4
Taxa de desemprego alargada (pontos percentuais)	0.6	1.0	0.2	0.2	-0.5	1.9	1.4	4.4	4.0	1.5	-2.3	-1.6

Fonte: FMI, Pordata, INE, calc. BPI.

A informação apresentada no quadro anterior evidencia o peso da população com baixo grau de instrução no desemprego total. Em 2015, 54% dos desempregados não tinham qualquer instrução ou apenas a escolaridade básica (mais de

OPINIÃO

UMA VISÃO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS (cont.)

80% nos anos anteriores). Este factor é agravado pelo peso da população com baixo grau de instrução no número de indivíduos classificados como inactivos mas disponíveis para trabalhar. Com efeito, destes cerca de 60% tem apenas escolaridade básica.

A baixa qualificação da população desempregada ou inactiva tende a ser um factor limitativo da recuperação do mercado de trabalho, principalmente se tivermos presente que a actividade empresarial se direcciona cada vez mais para sectores de actividade com maior grau de intensidade tecnológica, e em que a correcção dos desequilíbrios internos e externos da economia está muito dependentes da capacidade de expansão do sector exportador, tendencialmente com maior propensão pelo desenvolvimento de novos produtos/metodologias, exigindo, por isso, conhecimentos mais aprofundados ou mais técnicos.

▫ Reformas no mercado de trabalho

Recentemente, o mercado de trabalho foi alvo de reformas com o intuito de reduzir o seu grau de rigidez, o que se reflectiu numa evolução favorável do posicionamento de Portugal em diversos índices internacionais que avaliam a competitividade das economias. Destes destacam-se as componentes relativas ao mercado de trabalho nos índices de liberdade económica e de competitividade global. No índice de liberdade económica de 2016 (calculado com base em 10 categorias de liberdade económica abrangendo a facilidade de negócio, comércio, o grau de intervenção do governo, entre outros), Portugal aparece na 161ª posição, num conjunto de 186 economias, estando classificado entre os países com moderada liberdade laboral, o que compara com 169ª posição em 2011. **No índice de competitividade global, na componente que avalia a eficiência do mercado laboral, Portugal aparece na 66ª posição na edição de 2015-16, num conjunto de 140 países, o que compara com 112ª posição em 2011-12, destacando-se reduções da rigidez do mercado laboral ao nível da fixação dos salários e dos custos associados ao despedimento.**

Das alterações introduzidas no mercado de trabalho e que terão favorecido a evolução da avaliação de Portugal nos índices acima referidos, destacam-se:

- **Alteração das regras que permitem que um acordo de trabalho seja estendido por portaria**, o que implicou uma diminuição considerável deste instrumento (ver quadro acima relativo aos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho);
- **Redução dos custos de despedimento** através da revisão das regras de compensação por despedimento. Até 2011 esta compensação era equivalente a 30 dias de salário por cada ano de trabalho e que foi revista para 20, 18 ou 12 conforme a data do contrato inicial.
- **Revisão das regras de acesso a subsídio de desemprego**, tendo sido reduzido o número de dias em que são obrigatórias as contribuições para a segurança social para 360 dias nos últimos 24 meses, o que compara com os 450 dias anteriormente exigidos. A duração do subsídio foi encurtada para um período entre os 150 e os 780 dias, dependendo da idade e da carreira contributiva do trabalhador, o que compara com 270 a 1140 dias no regime anterior. A taxa de substituição é de 65%, estando sujeita a um mínimo e a um máximo; no fim do período de atribuição de subsídio de desemprego, se o trabalhador continua em situação de desempregado, pode beneficiar de um subsídio social de desemprego, mediante determinadas condições.
- **Adopção de políticas de activação, com o objectivo de incrementar o número de candidatos a emprego em medidas do mercado de trabalho**, tanto ao nível de obtenção de emprego como no âmbito da formação. De acordo com o relatório da Comissão Europeia relativo a Portugal de 2016, em Setembro de 2015 participaram nestes programas 25% dos 500 mil desempregados registados no IEFF. Ao nível das políticas activas foram disponibilizados vários programas, dos quais se referem:
 - Apoios financeiros a desempregados registados no IEFP que aceitassem colocações apresentadas pelo IEFP ou iniciassem actividade própria com remuneração inferior ao subsídio de desemprego;
 - Apoios financeiros à mobilidade geográfica
 - Apoios à criação do próprio emprego por beneficiários de subsídio de desemprego, através da antecipação das prestações de desemprego, desde que seja assegurado o emprego a tempo inteiro dos promotores subsidiados
 - Programa REATIVAR que financia estágios de 6 meses a desempregados de longa ou muito longa duração, com idade mínima de 31 anos
 - Programa de Estágios Profissionais na Administração Central.
 - Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho a termo certo por prazo igual ou superior a 6 meses ou contratos sem termo, a tempo completo ou a tempo parcial, com desempregados inscritos no IEFP, com a obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados
 - Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho com desempregados, do sexo sub-representado em determinada profissão.
 - Para além das medidas de apoio à contratação são concedidos apoios ao emprego através de medidas de isenção ou redução de contribuições a cargo da entidade empregadora.

▫ Avaliação das reformas

A avaliação das alterações introduzidas no mercado de trabalho é difícil de realizar dada a proximidade da sua implementação, todavia referem-se os resultados apresentados pela Comissão Europeia, pelo FMI e pelo Governo português.

UMA VISÃO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS (cont.)

Comissão Europeia: aponta para que a redução do grau de rigidez no mercado de trabalho se venha a repercutir positivamente no emprego e no crescimento, referindo que uma quebra de um ponto no indicador sintético da OCDE que avalia a legislação de apoio ao emprego para os empregados regulares deverá ter **um efeito positivo na produtividade anual de 0.14 pontos percentuais**.

FMI: com base num inquérito a empresas não financeiras realizado em Março de 2015 – 200 grandes empresas e 300 PME's – foi avaliado o impacto percebido pelas empresas das reformas introduzidas nos vários sectores. Os resultados apresentados relativamente à avaliação das alterações introduzidas no mercado de trabalho foram genericamente avaliadas como geradores de impactos positivos nomeadamente no que se refere à **flexibilização dos horários de trabalho e redução dos custos relacionados com a contratação e despedimento de trabalhadores**. Por seu turno, as reformas relativas aos contratos colectivos de trabalho e eficiência das agências de emprego foram percebidas como tendo pouco impacto. Relativamente à necessidade de realização de novas reformas os resultados apontam para que as empresas exportadoras considerem urgente **a redução dos custos com a contratação e despedimento e a melhoria da eficiência das agências de emprego**. Para as empresas não exportadoras não é urgente a introdução de novas reformas.

Os resultados obtidos no inquérito resumem-se no quadro abaixo:

Resultados do inquérito realizado ao FMI relativamente às reformas no mercado de trabalho

	Êxito das reformas adoptadas			
	Exportadoras	Não exportadoras	Grandes empresas	PME's
Aumento do horário de trabalho	0.24	0.00	0.10	0.21
Flexibilização do horário de trabalho	0.54	0.24	0.32	0.55
Negociação colectiva	0.15	-0.18	0.05	0.03
Custos de contratação e despedimento	0.38	0.29	0.32	0.38
Políticas activas	0.27	0.19	0.12	0.38
Eficiência das agências de emprego	0.13	0.08	0.10	0.13
	Urgência de mais reformas			
Aumento do horário de trabalho	0.11	0.45	0.43	0.02
Flexibilização do horário de trabalho	-0.31	-0.10	-0.22	-0.26
Negociação colectiva	-0.30	0.19	-0.08	-0.23
Custos de contratação e despedimento	-0.42	-0.26	-0.33	-0.40
Políticas activas	-0.33	-0.13	-0.31	-0.22
Eficiência das agências de emprego	-0.37	-0.08	-0.31	-0.24

Fonte: FMI - "From Crisis to Convergence"; charting a course for Portugal.
Legenda:

Reformas efectuadas

sem impacto	algum impacto	considerável impacto
-1	0	1

Urgência de novas reformas

não necessário	alguma necessidade	necessidade urgente
1	0	-1

Governo: apresentou numa nota algumas estatísticas que dão conta do êxito das políticas activas do mercado de trabalho nos últimos anos, referindo que **a empregabilidade real dos estágios 12 meses após a sua conclusão é de 38%, sendo que 16% permanece na empresa onde estagiou. Desses 38%, 27% estão empregados sem apoios subsequentes e com contrato sem termo**. Relativamente às medidas de apoio à contratação, a mesma nota refere que 65% dos participantes estavam empregados na mesma ou noutra empresa depois do fim da medida; 45.8% das pessoas permaneceram na mesma empresa 12 meses após o fim da medida e sem recurso a apoios adicionais.

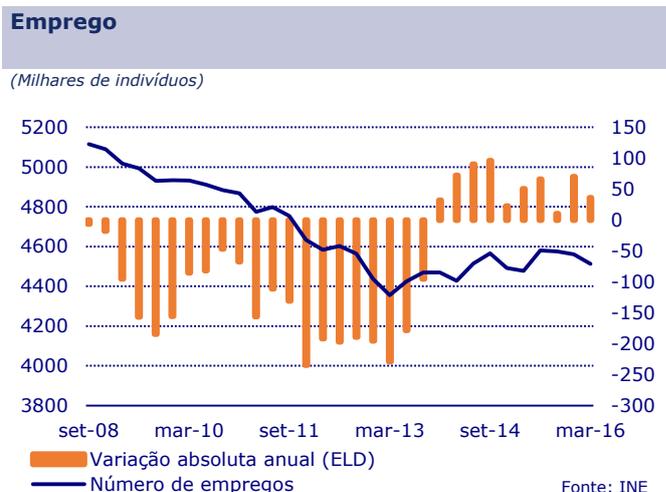
A falta de informação quanto ao número de beneficiários das políticas activas implementadas limita a avaliação do impacto dessas mesmas medidas na evolução do emprego. No entanto, os resultados apresentados na nota preliminar acima referida sugerem uma avaliação razoavelmente positiva das medidas implementadas, sobretudo tendo em conta que as empresas continuam a enfrentar constrangimentos importantes, nomeadamente no que se refere ao nível de endividamento e incerteza quanto à evolução da procura.

OPINIÃO

UMA VISÃO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS (cont.)

▫ A recente recuperação no mercado de trabalho

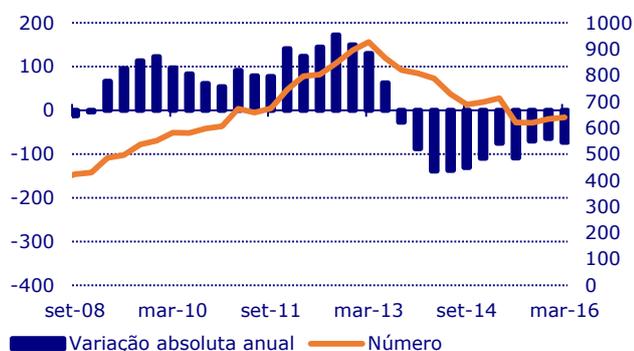
Desde meados de 2014, o mercado de trabalho português tem mostrado uma desaceleração no ritmo de recuperação começada no fim de 2013. Depois de um crescimento homólogo médio por trimestre de 1.6% em 2014, o aumento do emprego médio por trimestre passou para 1.1% no ano passado. Neste primeiro trimestre de 2016, o aumento homólogo do emprego foi de 0.8%. **A taxa de emprego está agora em 50.9%¹, 2.1 pontos percentuais acima do mínimo de 48.8% registado nos primeiros três meses de 2013.** Em termos do emprego total, no primeiro trimestre deste ano registavam-se 4.513 milhões de empregos, já acima do valor do mesmo período de 2013 (4.354 milhões), mas algo abaixo do número registado nos primeiros três meses de 2012 (4.583 milhões).



Olhando para o desemprego, este tem descido desde o seu pico no segundo trimestre de 2013, onde chegaram a estar desempregadas 926.8 mil pessoas (além de 259.5 mil desencorajados, disponíveis para procurar emprego mas sem o procurar). Durante o ano de 2014 as diminuições homólogas em cada trimestre estiveram sempre acima dos 13%, tendo depois em 2015, e já no primeiro trimestre de 2016, sido observada uma tendência de menor decréscimo do desemprego, ainda que significativo, num mínimo de 9.2% de descida no trimestre final de 2015 e 14.9% de queda no segundo trimestre desse mesmo ano. **O número total de desempregados nos primeiros três meses de 2016 era de 640.2 mil**, já bem abaixo até do valor entre Janeiro e Março de 2011 (673.2 mil), mas ainda muito longe dos valores registados antes da crise de 2008, no primeiro trimestre desse ano (418.8 mil desempregados).

Desemprego

(Milhares de indivíduos)

**Taxa de desemprego**

(Porcentagem da população activa)



Assim, a taxa de desemprego trimestral tem evoluído de maneira descendente desde o seu pico de 17.5% entre Abril e Junho de 2013: nos primeiros dois trimestres a seguir a este ponto alto, a taxa desceu 2.0 pontos percentuais (p.p.) para 15.5% no final de 2013 ("beneficiando" de um aumento consecutivo dos desencorajados, que registaram o valor máximo de 304.3 mil no terceiro trimestre desse ano), e baixou sucessivamente até aos 11.9% no segundo trimestre de 2015. **A partir daí, a taxa de desemprego manteve-se nos 11.9% no trimestre seguinte, aumentando para 12.2% e 12.4%, respectivamente, no último trimestre de 2015 e primeiro trimestre de 2016.** Apesar das tendências sazonais que em Portugal fazem com que o segundo trimestre seja sempre o mais forte para o mercado de trabalho (foi o único trimestre que teve sempre criação líquida de emprego trimestral positiva entre 2011 e 2015), **a evolução nos últimos 3 trimestres parece indicar uma situação em que a futura redução do desemprego e criação de emprego será mais lenta.** De facto, neste período, o emprego diminuiu em 67.8 mil postos de trabalho, enquanto o desemprego aumentou em 19.8 mil pessoas. Ainda assim, ao mesmo tempo os desencorajados diminuíram igualmente 17.8 mil, e os reformados aumentaram 59.9 mil, mostrando assim **uma situação de estagnação conjuntural, e não de degradação**, enquanto ao mesmo tempo se nota o seguimento da tendência estrutural de envelhecimento da população e de não renovação de gerações, o que implica naturalmente um aumento do número de reformados.

¹ Todos os dados referidos são não ajustados para a sazonalidade, a não ser que expresso o contrário.

UMA VISÃO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS (cont.)

Neste contexto, e apesar de se fazer prever um bom segundo trimestre em termos de emprego, verifica-se que o desemprego segue numa tendência de continuar significativamente alto, e a descer muito lentamente, sendo efetivamente maiores as variações sazonais do que a variação homóloga (se a expectativa anterior se confirmar, mesmo o valor mais alto implica uma variação homóloga de -0.4 p.p., e uma variação trimestral de -0.9 p.p.).

Desemprego por região

O desemprego em Portugal desde 2011, analisado pela taxa de desemprego, tem tido um comportamento relativamente homogéneo nas várias regiões portuguesas. Exceptuando as regiões dos Açores, Algarve e o Centro, todas as outras zonas do país têm visto a sua taxa de desemprego a evoluir em linha umas com as outras, com a mais baixa e a mais alta destas a registarem um intervalo de 1-1.5 p.p., sendo que **o Alentejo é destas a região com o desemprego normalmente mais baixo, e Madeira e a Área Metropolitana de Lisboa foram entre elas "disputando" o lugar de região com maior taxa de desemprego.** Deste conjunto de regiões, no primeiro trimestre todas tinham um desemprego acima da média do país (12.4%): por ordem decrescente, a Madeira, Lisboa, Norte e Alentejo registaram, respectivamente, 14.3%, 13.7%, 13.3% e 12.6%.

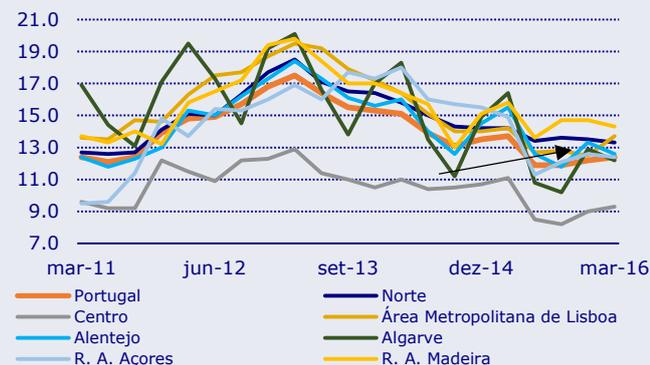
O caso dos Açores é o de uma região que no primeiro trimestre de 2011 tinha a taxa de desemprego mais baixa do país (9.5%), mas que sofreu especialmente com a crise portuguesa, tendo vindo depois a registar a taxa mais alta de desemprego do país no último trimestre de 2013, com 17.3%, embora o pico da sua taxa tenha ocorrido no trimestre seguinte, com mais 0.7 p.p.. Porém, conseguiu também recuperar de maneira bastante significativa, com uma melhoria impressionante em 2015 (por exemplo, do primeiro para o segundo trimestre desse ano, a taxa passou de 14.9% para 11.3%), seguramente fruto do impacto do enorme aumento do turismo fruto da liberalização do tráfego aéreo nos Açores. Nos primeiros três meses deste ano, registou a mesma taxa de desemprego que a globalidade do país, 12.4%.

É também interessante a situação da região algarvia, que, devido à enorme componente turística sazonal, exhibe as maiores variações na taxa de desemprego trimestral. De facto, o Algarve foi a região que apresentou a maior taxa de desemprego num trimestre, de 20.1% nos primeiros três meses de 2013. Passados dois trimestres, registava a segunda menor taxa de desemprego com 13.8%, o que mostra a enorme variação do desemprego nesta zona do país.

Finalmente, a região do Centro é aquela que apresenta, consistentemente, menores taxas de desemprego em todo o país, sendo que a diferença entre a taxa de desemprego esteve, salvo raras exceções, desde 2011, mais do que 3.0 p.p. abaixo da taxa de desemprego nacional. No auge dos problemas no mercado de trabalho, a diferença chegou a ser de 5.0 p.p., quando a taxa de desemprego no Centro registava 11.4% (ao mesmo tempo, a taxa na Área Metropolitana de Lisboa era de 19.2%).

Desemprego por região

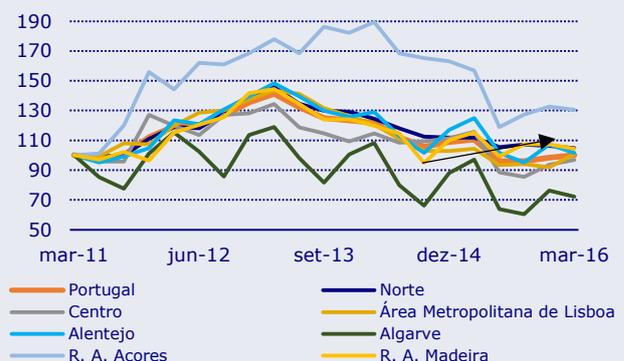
(Taxa de desemprego)



Fonte:INE

Desemprego por região

(Taxa de desemprego em Mar-2011=100)



Fonte: INE

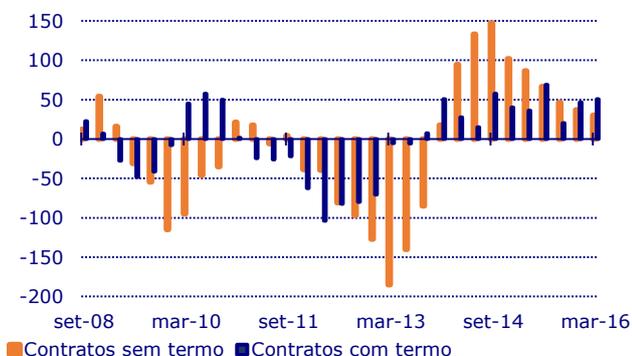
Esta desaceleração na criação de emprego notou-se principalmente na celebração de contratos sem termo, que desde o terceiro trimestre de 2014 adicionaram sucessivamente menos postos de trabalho em cada trimestre, numa comparação homóloga. Entre Julho e Setembro de 2014 existiam mais 147.0 mil contratos de trabalho permanentes do que em igual período do ano anterior. No primeiro trimestre deste ano, esse número foi bastante inferior, um acréscimo de apenas 29.9 mil empregos sem termo. Os contratos com termo, por outro lado, na variação homóloga em cada trimestre, têm acrescido em média 40 mil empregos desde o início da retoma do emprego, variando moderadamente em torno desse valor.

OPINIÃO

UMA VISÃO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS (cont.)

Emprego por tipo de contrato

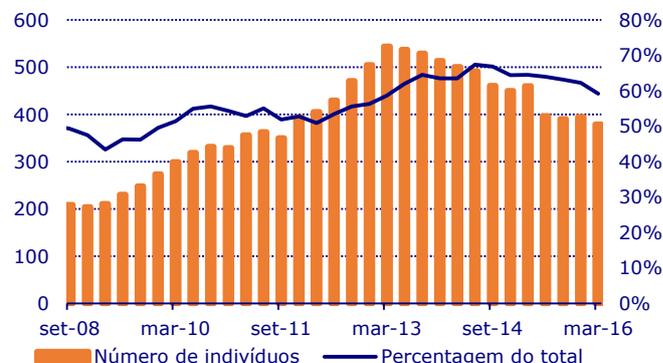
(Variação anual em milhares de indivíduos)



Fonte: INE

Desemprego de longa duração

(Milhares de indivíduos; percentagem do desemprego total)



Fonte: INE

A tendência relevante mais positiva no mercado de trabalho tem sido a redução dos desempregados de longa duração (desempregados há 12 ou mais meses), que atingiram um pico de 543.8 mil pessoas no primeiro trimestre de 2013. A redução tem sido particularmente sentida nos últimos 4 trimestres, com a redução homóloga em cada um deles a variar entre os -12.3% e os -19.2%. De facto, o desemprego de longo prazo começava a representar uma fatia cada vez maior de todo o desemprego, com 67.4% de todos os desempregados a estarem sem emprego há 12 ou mais meses no segundo trimestre de 2014. Essa fatia baixou um pouco, sendo ainda bastante significativa, para 59.2% nos primeiros três meses deste ano. **Esta tendência é mais relevante ainda em face, por um lado, da maior dificuldade de encontrar emprego por parte das pessoas nesta situação (por virtude da perda de capital humano que implica mais de 1 ano sem trabalhar), e por outro lado, de um outro dado relevante nos últimos trimestres, que é a diminuição dos desencorajados:** desde o segundo trimestre de 2014 o número de inactivos disponíveis para trabalhar mas que não procuram emprego tem uma variação homóloga média de -15 mil por trimestre. De facto, e tendo em conta o que já foi referido anteriormente em relação aos últimos 3 trimestres, **é possível que a recente entrada de bastantes desencorajados no mercado de trabalho reflecta melhores expectativas para o mercado de trabalho nesse período**, que, pelo abrandamento do crescimento económico, ao não se concretizarem de maneira completa, implicaram um agravamento do desemprego. Porém, o problema do desemprego de longo prazo (e da desafecção do mercado de trabalho dos desencorajados) continuará a ser o maior problema do mercado de trabalho português nos próximos anos, dado que muitas destas pessoas provavelmente não conseguirão inserção no mercado de trabalho, atendendo também à idade e formação das mesmas.

Desemprego alargado e papel da emigração

A evolução positiva do desemprego tem-se reflectido também na taxa de desemprego alargado, que no cálculo usado (utilizado também pelo FMI para Portugal) contabiliza também os desencorajados e pondera um peso de 50% de "desemprego" para os subempregados. Olhando para esta métrica, **a folga no mercado de trabalho é maior, chegando esta taxa aos 18.4% no primeiro trimestre de 2016, mas tem também vindo a diminuir gradualmente desde o máximo de 23.7% nos primeiros três meses de 2013.** Ainda assim, a taxa é significativamente superior ao mínimo da série histórica (os dados anteriores trimestrais não são directamente comparáveis) de 16.2% no segundo trimestre de 2011, reflectindo sobretudo o aumento nos desencorajados (cerca de 80 mil em relação a esse período) e de subempregados (mais 34 mil desde essa altura).

É de notar ainda que esta evolução do mercado de trabalho tem beneficiado também da emigração, que funcionou como um canal de escape do sistema. Apenas entre 2008 e 2014, houve 260,330 emigrantes permanentes (exclui os emigrantes que pensam voltar num período igual ou inferior a um ano). Admitindo uma evolução em linha com os últimos anos, em 2015, o número supera aos 300 mil. Assumindo um cenário muito simplificado e ligeiramente pessimista, num contexto de *ceteris paribus* (1. Imigração no período não contribuiu para o desemprego; 2. Não houve retorno de emigrantes permanentes desde 2008; 3. 75% dos emigrantes estavam desempregados no período em que emigraram²; 4. Potenciais emigrantes continuariam desempregados/desencorajados caso não tivessem emigrado; 5. Distribuição por trimestre da emigração é linear), e estimando números para a emigração permanente até ao primeiro trimestre deste ano, podemos afirmar que, caso não tivesse havido emigração e as restantes premissas se aplicassem (o que, reforçamos, é um cenário pessimista), o desemprego alargado poderia ter sido ainda pior, tendo potencialmente chegado aos 25.4% no primeiro trimestre de 2013.

² De acordo com um estudo da Zurich envolvendo 629 indivíduos maiores de 14 anos residentes em Portugal no Verão de 2013, 44.4% dos que consideravam emigrar faziam-no devido ao desemprego no seu país.

UMA VISÃO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS (cont.)

No primeiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego alargado poderia ter chegado aos 21.8%. Note-se que, assumindo que apenas 50% dos emigrantes estariam desempregados, e que estes recuperariam emprego ao mesmo ritmo dos outros desempregados, a taxa neste primeiro trimestre seria de 20.5%. **Apesar do carácter hipotético deste exercício, este permite-nos relevar que a emigração tem sido uma fonte importante de alívio no mercado de trabalho português.**

Desemprego de longa duração e desencorajados

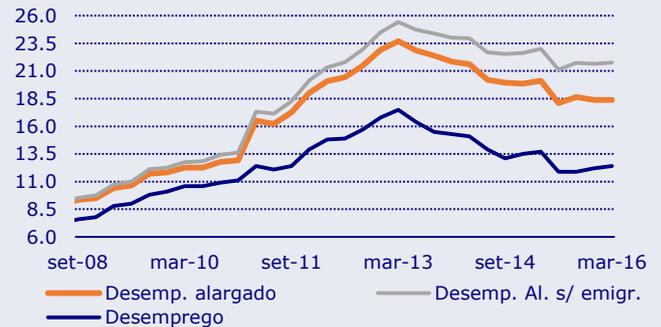
(Variação anual em milhares de indivíduos)



Fonte: INE

Desemprego alargado

(Perc. pop. activa; perc. pop. act. alargada*)



*adiciona desencorajados (e potenciais emigrantes desempregados na taxa do cenário sem emigração)

Fonte: INE, cálc. BPI

Para o segundo trimestre deste ano, de acordo com os últimos dados do INE, esperamos uma taxa de desemprego entre os 11.1-11.4%, com um forte impacto das contratações para o Verão, altura de maior emprego no país, potenciado pelo sector turístico, que continua a crescer a taxas homólogas de dois dígitos em relação ao ano de máximos históricos em 2015. No entanto, e também de acordo com as perspectivas de crescimento modesto este ano, é esperado que no terceiro e quarto trimestre o desemprego volte a subir. **Esta expectativa está em linha com a nossa previsão para o conjunto do ano de 2016, de 11.8%.**

